

04 NOV 2014

FOLHA DE LONDRINA

Vasconcelos é eleito presidente do TJ

Atual primeiro vice-presidente do órgão disputou segundo turno e venceu com o voto de 68 desembargadores



Vasconcelos se esquivou sobre polêmicas, como o pagamento "turbinado" do PAE às vésperas do pleito: "Eu vou iniciar a minha gestão a partir de fevereiro"

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba - O desembargador Paulo Roberto Vasconcelos foi eleito ontem presidente do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná para o biênio 2015-2016. Atual primeiro vice-presidente, ele obteve 68 votos, contra 45 de Jorge Wagih Massad, com quem disputou o segundo turno. No primeiro, que ocorreu momentos antes, ambos superaram Luiz Carlos Gabardo. O colégio eleitoral é formado pelos 120 desembargadores do TJ, sendo que 113 estavam presentes à votação.

Também foram escolhidos ontem os ocupantes dos cargos de primeiro vice-presidente, Renato Bettega, segundo vice-presidente, Fernando Bodziak, corregedor-geral de Justiça, Eugênio Grandinetti, e corregedor da Corte, Robson Marques Cury,

além dos quatro membros do Conselho da Magistratura. A eleição começou por volta de 13h40 e se estendeu até as 17h30. A posse da nova cúpula do Judiciário será no dia 2 de fevereiro de 2015.

Vasconcelos irá substituir Guilherme Luiz Gomes, eleito em outubro de 2013, após a renúncia de Clayton Camargo, que se envolveu em uma série de polêmicas. A mais grave delas, investigada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), diz respeito à existência de suposto tráfico de influência na escolha de seu filho, o ex-deputado estadual Fábio Camargo, como conselheiro do Tribunal de Contas (TC) do Estado, em processo conduzido pela Assembleia Legislativa (AL).

Ontem, o novo chefe do Poder Judiciário não quis comentar "problemas passados", preferindo se ater aos

desafios da próxima administração. "Essas questões eu acho que a população já superou e nós aqui dentro do Tribunal também. Estamos com uma vida nova agora, um momento novo, onde vamos procurar, de uma forma transparente, trabalhar em prol da população", afirmou, em rápida coletiva de imprensa. Ele também se esquivou sobre o pagamento da Parcela Autônoma de Equivalência (PAE), direito que os juízes e desembargadores adquiriram, no fim da década de 1980, depois que parlamentares passaram a receber auxílio-moradia.

CONTINUA

04 NOV 2014

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Segundo o colunista Celso Nascimento, do jornal Gazeta do Povo, os magistrados paranaenses receberam, na semana passada e às vésperas da eleição no TJ, um adicional de R\$ 25 mil, equivalente a cinco parcelas do PAE. “Eu vou iniciar a minha gestão a partir de fevereiro, me desculpe, mas não é a minha área, e em respeito à autoridade maior que é o presidente, não posso me manifestar sobre isso”.

Entre as prioridades do presidente eleito estão a execução dos projetos de reforma e ampliação do Palácio da Justiça e de construção do Centro Judiciário de Curitiba, no bairro Ahú, que irá concentrar fóruns cível, criminal, de família e juizados. “Dentro da minha gestão nós vamos terminar certamente o Palácio da Justiça. E o centro judiciário, que é uma obra de mais de 150 mil metros quadrados, vamos chegar quase próximos do final”. Ele disse ainda que seu programa de trabalho abrange todo o TJ, e não somente o primeiro grau de jurisdição. “O segundo grau, se vocês acompanharem as estatísticas, também precisa de uma injeção, de estímulo, de motivação e de organização. Temos que nos organizar mais e ter uma produtividade maior”.

Paulo Roberto Vasconcelos é natural de Santo Thomaz de Aquino, em Minas Gerais, e tem 66 anos. Formou-se em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), em 1973, e em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica do Paraná, em 1975. Antes de ingressar na Magistratura, foi técnico em administração da Secretaria de Estado de Administração e exerceu advocacia durante três anos. É desembargador do TJ desde 3 de fevereiro de 2005. Ocupou, ainda, a presidência da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar) entre 2006 e 2007.

04 NOV 2014

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Cúpula do TJ

Além de elegerem ontem o desembargador Paulo Roberto Vasconcelos como presidente do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná para os próximos dois anos, os magistrados paranaenses escolheram outros quatro membros da cúpula do TJ. Renato Bettega venceu a disputa com D'Artagnan Serpa Sá no segundo turno, por 65 a 33. Antes, ambos derrotaram Sônia Regina de Castro (20) e José Joaquim Guimarães da Costa (12). Como tinha recebido apenas 23 votos, contra 57 do concorrente, D'Artagnan chegou a retirar sua candidatura, o que evitaria um segundo escrutínio. Sônia, porém, disse que, nesse caso, ela própria encararia o confronto direto com Bettega, o que fez os magistrados voltarem às urnas.

Novos nomes

O corregedor-geral de Justiça, Eugênio Grandinetti, também foi escolhido por meio de voto direto, pela maioria dos 109 desembargadores presentes à sessão especial. Ele obteve o apoio de 62 magistrados, contra 47 de José Augusto Gomes Aniceto. Os demais integrantes da Mesa foram eleitos por aclamação, já que não havia mais nomes concorrendo. São os casos do vice-presidente, Fernando Bodziak, do corregedor da Corte, Robson Marques Cury, e dos quatro membros do Conselho da Magistratura: Fábio Haick Dalla Vecchia, Abraham Lincoln Merheb Calixto, Maria Aparecida Blanco de Lima e Mario Helton Jorge.

TJ e a imprensa

Em sua primeira entrevista como presidente eleito do TJ, Paulo Roberto Vasconcelos garantiu ontem que estará sempre aberto aos questionamentos dos jornalistas. Desde a posse de Clayton Camargo, quando repórteres foram barrados na entrada do prédio do Palácio da Justiça, a imprensa tem tido dificuldades em obter informações que envolvam o órgão. A troca de comando tampouco modificou a situação. No dia 20 de dezembro de 2013, por exemplo, o jornal solicitou, por telefone e por e-mail, uma entrevista com o atual chefe do Judiciário estadual, Guilherme Luiz Gomes, mas jamais obteve retorno. "Vocês tenham certeza que serão tratados com o maior carinho".

Departamento de Comunicação

Ele já tinha dado a mesma garantia em entrevista por e-mail à FOLHA, antes da realização do pleito. "Nosso relacionamento com a imprensa terá prioridade, destacando que, dentre minhas metas, está a criação de um Departamento de Comunicação no TJ, compatível com o tamanho e a importância da instituição e composto por profissionais da área de comunicação".

04 NOV 2014

FOLHA DE LONDRINA

Órgão julgou 21,88% dos processos por corrupção

Luis Fernando Wilteburg
Reportagem Local

O Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná é o quarto menos eficiente no julgamento de casos de corrupção entre todos os Estados brasileiros e o Distrito Federal, segundo levantamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). De todos os 5.219 processos de improbidade administrativa ou crimes contra a administração pública pendentes de julgamento até 31 de dezembro de 2012, apenas 1.142, ou 21,88%, foram julgados até julho deste ano.

O levantamento tem como base a chamada Meta 4 do CNJ, que pretende eliminar das prateleiras ainda este ano todas os processos por corrupção distribuídos até o fim de 2012 na Justiça Estadual, na Justiça Militar da União e nos Tribunais de Justiça Militar Estaduais. Já para a Justiça Federal e o Superior Tribunal de Justiça (STJ), a meta é julgar 100% das ações distribuídas até 31 de dezembro de 2011 e 50% das ações distribuídas em 2012.

Os números foram fornecidos pelos próprios tribunais ao CNJ, que compilou os dados. O desempenho do TJ paranaense fica atrás apenas do Piauí (14,79%), Bahia (5,93%) e Mato Grosso, cujos dados não foram lançados. Os cálculos incluem as ações ajuizadas

e julgadas em primeira e segunda instâncias, juizados especiais criminais e turmas recursais e de uniformização.

Na outra ponta do desempenho estão os TJs de Alagoas, que já bateu 93% da meta, ao julgar 1.603 dos 1.723 processos distribuídos até 2012. Em seguida vem o Amapá, com mais de 87%; Acre, com 81%; e Distrito Federal, com mais de 70%. O restante não chegou a julgar 60% dos processos distribuídos até 2012.

Em números absolutos, os tribunais estaduais com a maior demanda são São Paulo, Minas Gerais e Bahia, que têm, respectivamente, 15.0161, 13.075 e 7.202 ações distribuídas até 2012. O TJ de São Paulo já julgou, até julho, 49,14% da sua demanda; o mineiro, 25,17%; e o baiano, 5,93%.

Os dados do CNJ, entretanto, não permitem saber quando os processos foram protocolados. De acordo com a assessoria do conselho, os números serão atualizados para divulgação no VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, que será realizado em Florianópolis (SC), na próxima semana.

04 NOV 2014

FOLHA DE LONDRINA

Justiça Restaurativa propõe trocar pena por conciliação

“É um modelo que se baseia no diálogo, respeito e dignidade e é intermediado pela própria comunidade”, explica a juíza Cláudia Catafesta

Lucio Flávio Cruz

Reportagem Local

Londrina – Restaurar os vínculos individuais, sociais e comunitários de adolescentes em conflito com a lei em vez de aplicar medidas punitivas socioeducativas. Esse é o modelo indicado pela Justiça Restaurativa, que propõe o diálogo como ferramenta de superação dos problemas enfrentados.

Desde ontem um grupo de 25 pessoas, entre juízes, defensores públicos, advogados, psicólogos, educadores e pessoas da comunidade, participam de uma capacitação de 40 horas para a implantação da Justiça Restaurativa em Londrina. A chamada Justiça do Século 21 é uma tendência mundial, recomendada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e há dez anos já é praticada em diversos Estados brasileiros.

“É um modelo que oferece a oportunidade da troca de uma punição por uma reconciliação entre as partes, desde que haja interesse dos envolvidos. Se baseia no diálogo, respeito e dignidade e é intermediado pela própria comunidade que faz parte da vida dessas pessoas, sem a participação do Estado”, explicou a juíza da 2ª Vara da Infância e da Juventude de Londrina, Cláudia Catafesta.



O curso, oferecido pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), vai proporcionar que este grupo dissemine o conhecimento adquirido para a formação dos círculos reparativos em escolas e outras instituições da sociedade. “Esses grupos serão formados pelas famílias dos envolvidos, professores, orientadores e leigos interessados. A conciliação vai permitir aos envolvidos uma reflexão do que foi feito, do mal causado, dos problemas criados para que a ação não seja repetida no futuro”, frisou o coordenador da Comissão de Direitos Humanos da OAB-Londrina, Paulo Magno.

Recentemente foi criado o Núcleo de Articulação para Implementação da Justiça Restaurativa em Londrina pelo TJ-PR, OAB, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA), a ONG Londrina Pazeando e o Conselho Municipal de Cultura da Paz (Compaz).

A juíza informou ainda que já existem conversas com a administração municipal para que a Justiça Restaurativa seja adotada como uma política pública do município.

04 NOV 2014

FOLHA DE LONDRINA

Mutirão carcerário vai atender 6 mil presos no PR

Força-tarefa comandada pela Defensoria Pública começa amanhã em Londrina, Foz, Cascavel e Francisco Beltrão

Lucio Flávio Cruz
Reportagem Local

Londrina – A Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPPR) realiza a partir de amanhã uma força-tarefa para atender presos provisórios e condenados no Estado. O trabalho faz parte do projeto “Defensoria Pública Sem Fronteiras”, do Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais (Condege), e irá atender 6 mil detentos das comarcas de Londrina, Cascavel, Foz do Iguaçu e Francisco Beltrão. A medida é uma resposta à série de motins registrados no Estado. Vinte e três rebeliões ocorreram este ano no sistema penitenciário.

Dezesseis defensores públicos do Paraná e outros 40 de 15 Estados vão realizar análise processual e peticionamento de presos de dez unidades prisionais até o dia 21. Em Londrina, serão atendidos internos das unidades 1 e 2 da Penitenciária Estadual de Londrina, da Casa de Custódia e do Centro de Reintegração Social de Londrina (Creslon). Dois defensores públicos da União também vão participar da força-tarefa.

De acordo com o defensor público Gregory Victor de Farias, em Londrina são 2,4 mil detentos condenados ou provisórios. “O nosso objetivo é analisar todos estes processos e conversar pessoalmente com os presos e explicar o que será feito em cada caso. Vamos propor também requerimentos em relação a algumas condenações para que possamos fazer a defesa junto ao Tribunal de Justiça”, frisou.

A força-tarefa em Londrina deve ser realizada por 20 defensores. “O objetivo é diminuir a lotação dos presídios, mas sabemos que essa medida é paliativa. E uma das alternativas para resolver a questão é aumentar o número de defensores”, apontou Farias. A cidade conta hoje com apenas dois defensores públicos e apenas um atua na área da execução penal.

De acordo com a presidente do Condege e defensora geral do Estado do Ceará, Andréa Maria Alves Coelho, o “Projeto Defensoria Sem Fronteiras” concretiza a atuação integrada das defensorias públicas da União, dos Estados e do Distrito Federal, em um esforço concentrado para garantir o

acesso à Justiça. “Revela a interlocução dessas instituições para a consecução de um projeto nacional de fortalecimento da Defensoria Pública que atenda às necessidades da população”, explicou.

Entre os dias 5 e 14, a força-tarefa acontecerá nas sedes da DPPR e entre os dias 17 e 21, o trabalho será feito dentro das unidades penais, com atendimento aos presos.

04 NOV 2014

FOLHA DE LONDRINA

MPF recorre de sentença da Lava Jato sobre doleira

Rubens Chueire Jr.

Reportagem Local

Curitiba - Procuradores da força-tarefa do Ministério Público Federal (MPF) protocolaram ontem, na Justiça Federal do Paraná, um recurso de apelação referente à ação penal sobre os crimes de lavagem de dinheiro, formação de quadrilha e operação irregular de instituição financeira realizadas pela doleira Nelma Mitsue Penasso Kodama e seus subordinados relacionados às investigações da Operação Lava Jato. No pedido feito à 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba, o MPF ressalta estar "inconformado com a sentença".

O MPF "requer que, após o conhecimento do recurso, seja feita a intimação para apresentação das razões recursais e, posteriormente, após apresentadas as contrarrazões recursais, sejam os autos remetidos ao Egrégio Tribunal Regional Federal da Quarta Região (TRF4) para o devido reexame", diz um trecho do pedido assinado pelos procuradores Carlos Fernando dos Santos Lima e Diogo Castor de Mattos.

Em decisão proferida no

dia 22 de outubro, o juiz Sérgio Moro condenou Nelma a 18 anos de prisão em regime fechado e pagamento de multa de R\$ 1,8 milhão pelos crimes de evasão de divisas, lavagem de dinheiro, corrupção ativa, operação irregular de instituição financeira e formação de quadrilha. Iara Galvão da Silva, "braço-direito" de Nelma, foi condenada a 11 anos e nove meses de reclusão em regime fechado e multa de R\$ 521,1 mil. As duas estão presas na Penitenciária Feminina de Piraquara, entretanto outros réus do processo tiveram suas condenações revertidas para serviços comunitários e prestações pecuniárias. São eles: Maria Dirce Penasso (mãe de Nelma), Juliana Cordeiro de Moura, Faiçal Mohamed Nacirdine, Rinaldo Gonçalves Carvalho e Luccas Pace Junior. Cleverson Coleho de Oliveira foi condenado a cinco anos e dez meses de reclusão no regime semiaberto. João Huang, que está foragido, teve seu processo desmembrado dos demais.

Nenhum dos procuradores atendeu as ligações feitas pela reportagem. As defesas dos réus também já recorreram da sentença do juiz.

FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

A golpes de bengala

SÃO PAULO - A discussão sobre a PEC da bengala, que eleva de 70 para 75 anos a aposentadoria compulsória de magistrados das cortes superiores, ressurgiu maculada por uma combinação de chantagem da inapropriadamente chamada base aliada com revanche eleitoral.

O ponto de discórdia é que, mantida a atual regra, Dilma terá a oportunidade de indicar seis novos ministros do STF até o fim de seu segundo mandato, em 2018. Se a PEC passar, o limite da próxima aposentadoria, a de Celso de Mello, iria para 2020.

É claro que o direito de apontar os principais juizes do país representa um tremendo poder do presidente. Creio, contudo, que o alcance dessa prerrogativa esteja sendo superestimado. O sistema de indicações para o STF, ao menos no que diz respeito à independência dos ministros, funciona melhor do que esperariam os céticos. Prova-o o fato de que a cúpula petista foi condenada no mensalão mesmo numa corte na qual 8 dos 11 ministros originais foram nomeados por Lula ou por Dilma.

O segredo de tanta independência é justamente a vitaliciedade no cargo. Depois que o ministro se senta na cadeira, só a morte ou a compulsória o tiram de lá. Ele não precisa mais bater continência para ninguém.

O melhor raciocínio não partidário para estender o prazo da compulsória é demográfico. O Brasil está envelhecendo. Em 1980, menos de 2,5% da população ultrapassava os 70 anos; em 2050, esse contingente deverá exceder os 15%. E as pessoas estão atingindo idades projectadas em melhores condições de saúde. É natural que trabalhem até mais tarde.

Contra a extensão há o bom argumento da renovação dos quadros. Um jeito eficaz de bloquear avanços na jurisprudência é manter as cortes superiores cheias de velhinhos.

Acho que o segundo argumento deve preponderar sobre o primeiro, mas, desde que exista uma "expulsatória", é quase irrelevante se ela ocorre aos 70 ou 75 anos.

helio@uol.com.br

04 NOV 2014

04 NOV 2014

FOLHA DE S. PAULO

Petista critica declaração de ministro do STF

Para membro do governo Dilma, falar em corte bolivariana é 'impróprio', pois afronta independência dos poderes

Entrevista de magistrado também repercutiu no Congresso Nacional, com críticas de governistas e apoio de oposicionistas

O ministro Ricardo Berzoini (Relações Institucionais) classificou como "impróprias" as declarações do ministro Gilmar Mendes sobre riscos do STF (Supremo Tribunal Federal) se tornar uma corte bolivariana.

"São declarações impróprias para um magistrado da suprema corte, por fazer presunções a respeito de colegas do STF, atuais ou futuros, afrontando a prerrogativa de independência dos poderes, que cada ministro carrega como missão institucional."

O comentário foi feito nesta segunda (3), um dia após a Folha publicar entrevista em que Mendes chama a atenção para o fato de que, no fim de 2016, só um ministro do STF —ele mesmo— não terá sido indicado pelo PT.

O magistrado disse que o STF corre o risco de perder seu papel de contrapeso institucional ao "cumprir e chancelar" vontades do Executivo.

A entrevista repercutiu no Congresso. Petistas e aliados chegaram a defender um pedido de desculpas de Mendes aos integrantes do STF.

Para os governistas, o STF já deu sinais de independência. Alguns lembraram indiretamente o julgamento do

mensalão, que condenou 25 pessoas por envolvimento num esquema de pagamento por apoio no Congresso no início do governo Lula.

Citaram, ainda, o fato de a ministra Rosa Weber, indicada pela presidente Dilma Rousseff, ter determinado a inclusão do aumento do Judiciário na discussão do Orçamento. O reajuste tinha sido retirado pelo Executivo.

"Ele [Mendes] foi infeliz e desrespeitoso com o Senado, que participa da escolha dos ministros, e com os ministros que estão lá e atuam com total independência", disse o líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE). "Me parece que o ministro deve um pedido de desculpas por colocar em suspeição a atuação dos ministros que já demonstraram independência [...] Foi uma declaração lamentável".

Já o presidente do DEM, José Agripino Maia (RN), afirmou que Mendes só "verbalizou" uma situação real na corte. Ele e o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) disseram que o Legislativo precisa discutir mudanças na forma de escolha dos ministros do Supremo.

No STF, Marco Aurélio Mello também fez críticas ao fato da corte ser majoritariamente indicada pelo PT: "Toda concentração de poder é sempre perniciosa". Mello é defensor da chamada PEC da Bengala, que aumenta de 70 para 75 anos a idade limite de aposentadoria dos ministros.

Três outros ministros disseram à Folha discordar de Mendes. Segundo eles, diversas matérias de interesse do governo são julgadas imprecipientes pelo STF.

Em relação à PEC da Bengala, há posições conflitantes na corte. Dias Toffoli também a defende. Luís Roberto Barroso é contra. (MARIANA HAUBERT, MÁRCIO FALCÃO, GABRIELA GUERREIRO E SEVERINO MOTTA)

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DO LEITOR

04 NOV 2014

Gilmar Mendes

Externo meu desagrado com as colocações de Gilmar Mendes (“O STF não pode se converter em uma corte bolivariana”, “Entrevista da 2ª”, 3/11) em relação aos demais ministros, nomeados nos últimos três governos, que passaram a ser considerados “bolivarianos”. Tratou-se de demonstração de descortesia para com seus pares e com o STF —sobretudo em relação aos ministros que, posteriormente ao julgamento do mensalão, deram margem à decisão contrária à condenação por formação de quadrilha. Eles não devem ter-se curvado a nenhum entendimento “bolivariano”, mas ao que entenderam como correto ante sua consciência jurídica.

LUIZ PHILIPPE DA COSTA FERNANDES
(Rio de Janeiro, RJ)

O atual modelo de composição do STF (Supremo Tribunal Federal) é um vício congênito do nosso país, fruto das tentativas de copiar o sistema jurídico norte-americano. Carece de legitimidade popular e confere risco à imparcialidade e à independência da corte, ferindo a divisão de Poderes e o Estado democrático de Direito. O seu aperfeiçoamento depende da implantação do critério proporcional nas indicações, como ocorre nas cortes constitucionais europeias, com a participação direta dos três Poderes na indicação dos ministros. Somente assim se poderá afastar o risco de termos uma corte bolivariana.

RENATO VAQUELLI FAZANARO
(São Paulo, SP)

“tiroteio”

Afirmar esse suposto risco não faz jus à força da democracia e das instituições brasileiras, que não dependem do processo eleitoral.

DE LUIS INÁCIO ADAMS, advogado-geral da União, sobre o ministro Gilmar Mendes ter dito à *Folha* que há risco de o STF virar uma “corte bolivariana”.

LAVAJATO JUIZ AUTORIZA DEPOIMENTOS NO EXTERIOR

A Justiça Federal no Paraná autorizou a realização de depoimentos no exterior de sete pessoas que teriam prestado serviços financeiros para os envolvidos no esquema do doleiro Alberto Youssef. Serão necessários pedidos de cooperação com Suíça, Reino Unido, Honk Kong, Panamá e Cingapura.

MÔNICA BERGAMO

CURTO-CIRCUITO

O ministro do STF Marco Aurélio Mello fez palestra hoje na Sorbonne, em Paris.

04 NOV 2014

GAZETA DO POVO

» JUDICIÁRIO

Eleito para o TJ
fala em obras e
evita polêmicas

Vasconcelos vence eleição para a presidência do TJ

Desembargador obteve 68 votos no segundo turno e presidirá a corte no biênio 2015-2016

*Angieli Maros e Paulo Ferracioli,
especial para a Gazeta do Povo*

Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ), Paulo Vasconcelos foi eleito presidente da Corte para o biênio 2015-2016. Na eleição, que ocorreu na tarde de ontem, ele obteve 68 votos contra 45 do desembargador Jorge Wagih Massad, com quem disputou o segundo turno do pleito. No primeiro turno, também participou Luiz Carlos Gabardo, que recebeu 30 votos e ficou de fora da disputa final. Dos 120 desembargadores aptos para votar, 113 compareceram.

O novo presidente eleito disse que a reforma do Palácio da Justiça e a construção de um Centro Judiciário, em Curitiba, serão prioridades em seu mandato. Ele prometeu terminar a reforma da sede do TJ, além de chegar "ao máximo próximo do final" a

conclusão das obras do Centro Judiciário, que será levantado no Ahú. A licitação para as reformas no Palácio da Justiça foi relançada em novo edital no mês passado, um ano depois de ter sido cancelada. O valor máximo previsto para os trabalhos é de R\$ 53,8 milhões.

Vasconcelos também destacou que pretende melhorar a estrutura do TJ, bem como otimizar a prestação dos trabalhos. "Meu objetivo na presidência é dar uma estrutura organizacional melhor para o Tribunal, onde as coisas funcionem bem e dentro de uma técnica moderna de administração", declarou.

Sem comentários

Vasconcelos evitou esmiuçar assuntos polêmicos. Afirmando que o seu mandato não será continuidade de seu trabalho como vice-presidente da Corte, ele preferiu não comentar casos como o afastamento do ex-presidente do Tribunal Clayton Camargo, investigado pelo Conselho Nacional de Justiça por supostas irregularidades. "Essa questão eu acho que a população já superou. E nós

aqui dentro do Tribunal já superamos tudo isso. Estamos com uma vida nova agora", afirmou.

A concessão de cerca de R\$ 3 mil de auxílio-moradia aos magistrados do estado em junho deste ano foi classificada por Vasconcelos como "coisa de momento". Segundo declarou, não cabe a ele julgar a procedência da concessão, uma vez que o benefício foi decisão do atual presidente, o desembargador Guilherme Gomes. "Não posso tomar qualquer medida agora. Essa questão é do presidente atual, e ele é que delibera sobre isso".

Perfil

Paulo Roberto Vasconcelos nasceu em Santo Thomaz de Aquino (MG) e tem 66 anos. Formou-se em Administração de Empresas pela UFPR em 1973 e em Direito pela PUC-PR em 1975. Atuou como advogado até ser aprovado no concurso para juiz substituto. Em 1986, foi nomeado juiz de direito. Em 2002, Vasconcelos foi nomeado juiz do Tribunal de Alçada e, no final de 2004, acabou promovido ao cargo de desembargador do TJ-PR.

CONTINUA

04 NOV 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO



“Meu objetivo na presidência é dar uma estrutura organizacional melhor para o Tribunal, onde as coisas funcionem bem e dentro de uma técnica moderna de administração.”

Paulo Roberto Vasconcelos, eleito ontem presidente do TJ-PR.

OUTROS CARGOS

Veja como fica a mesa diretiva do TJ-PR:

- Presidente: Paulo Roberto Vasconcelos
- Corregedor-geral de Justiça: Eugênio Achille Grandinetti
- Primeiro vice-presidente: Renato Braga Bettega
- Segundo vice-presidente: Fernando Wolff Bodziak
- Corregedor da Corte: Robson Marques Cury
- Conselho da Magistratura: Fábio Haick Dalla Vecchia, Abrahan Lincoln Merheb Calixto, Maria Aparecida Blanco de Lima e Mario Helton Jorge.

R\$ 53,8
MILHÕES

é o valor máximo para as obras no Palácio da Justiça, que foram “relançadas” em novo edital no mês passado. Eleito ontem, o novo presidente do TJ, Paulo Roberto Vasconcelos, promete modernizar a estrutura do Corte.

CONTINUA

04 NOV 2014

GAZETA DO POVO

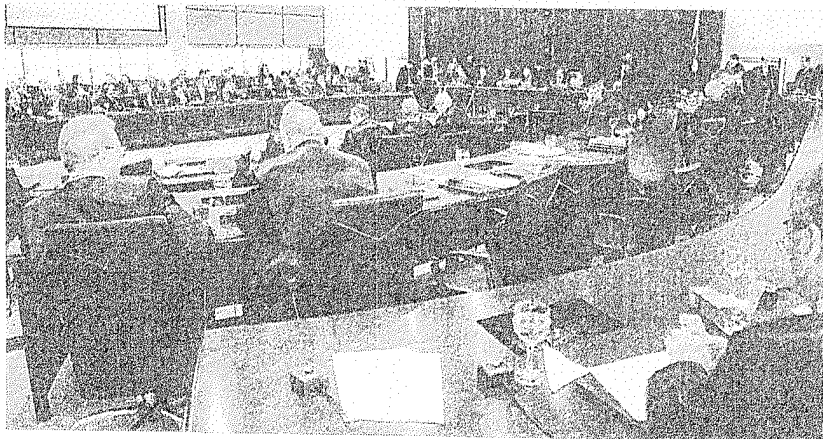
CONTINUAÇÃO

Eleito não comenta adiantamento

Revelado pelo colunista da Gazeta do Povo Celso Nascimento no domingo, o adiantamento de cinco parcelas da Parcela Autônoma de Equivalência (PAE) aos magistrados de todo o Paraná também ficou de fora das ponderações iniciais feitas por Paulo Vasconcelos sobre o TJ. O desembargador, que foi eleito ontem presidente da Corte, não confirmou nem negou o fato, mas disse que esta é mais uma questão exclusiva do presidente atual. "Em respeito à autoridade maior, o presidente, eu não posso me manifestar sobre isso, e cabe a ele a responder", disse

De acordo com o colunista, na semana passada o presidente Guilherme Gomes mandou pagar antecipadamente aos eleitores-desembargadores e a todo o resto da magistratura estadual o equivalente a cinco parcelas do PAE, o que representou R\$ 25 mil reais a mais no contracheque de cada beneficiado.

Procurado por meio de sua assessoria de imprensa, o Tribunal de Justiça não se manifestou sobre o assunto.



A eleição para a presidência do TJ, ontem à tarde: para vencedor, adiantamento é assunto do atual presidente.

04 NOV 2014

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

Esperança no Centro Cívico

O Tribunal de Justiça elegeu ontem sua nova cúpula. O presidente que substituirá Guilherme Luiz Gomes é o desembargador Paulo Vasconcelos — um “independente” que chegou ao cargo contando apenas com gratuita simpatia dos colegas. Venceu o pleito em segundo turno com 68 votos contra 45 dados ao oponente Jorge Massad. Ficou de fora já no primeiro turno o desembargador Luiz Carlos Gabardo, apesar do apoio que lhe deu o atual presidente.

Vasconcelos respondeu interinamente pela presidência do TJ durante alguns dias, logo após o afastamento pelo CNJ do desembargador Clayton Camargo, em 2012. No seu brevíssimo mandato, foi responsável por um ato importante — o cancelamento da licitação de R\$ 79 milhões para a reforma do edifício-sede do Tribunal que havia sido lançada por Camargo. Dois anos depois, o último orçamento para a mesma obra é quase R\$ 20 milhões mais baixo. Das últimas eleições no TJ, esta talvez tenha sido a única em que pesou quase zero a influência de dois antigos “cardeais” da corte — os ex-presidentes Oto Sponholz e o próprio Clayton. O que não deixa de ser um sinal a apontar para dias melhores naquele lado do Centro Cívico.

04 NOV 2014

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

CRONICA

Adelação 1

A moda agora é delação premiada. E a informação que corre em círculos do Judiciário é a de que o ex-vereador João Cláudio Derosso teria sido aconselhado a adotar o procedimento para afastar a possibilidade de se julgado e condenado à prisão. Derosso é réu em ação movida pelo Ministério Público que o acusa de ter cometido desvio de verbas durante o período (15 anos!) em que reinou na presidência da Câmara Municipal.

Adelação 2

Como não reinou sozinho e não poucos vereadores — alguns deles ainda exercendo mandato — podem ter sido beneficiados ou até participado de operações irregulares, que consistiam em destinar verbas publicitárias para programas de rádio e jornais de bairro de propriedade ou de interesse de seus colegas. Os recursos passavam por agências de publicidade (uma delas de propriedade da ex-mulher) e tomavam o caminho dos veículos de comunicação.

Adelação 3

Derosso tentou salvar seu mandato, em 2012, tendo Figueiredo Basto como seu principal advogado — o mesmo que defende o doleiro Alberto Youssef, que, em troca de uma ainda hipotética liberdade, conta o que sabe sobre a cor-

rupção na Petrobras, investigada pela Polícia Federal na Operação Lava Jato. O ex-vereador teria recebido a recomendação de seguir o mesmo caminho, mas talvez processualmente uma providência tardia.

Os vereadores 1

De qualquer modo, o simples boato da adesão de Derosso ao instituto da delação agita a Câmara nestes dias em que se já se negocia a eleição para a nova mesa diretora. Alguns vereadores até já começaram a revisar suas ambições. O último prazo para o pleito que definirá os sucessores do atual presidente, Paulo Salamuni, e dos demais membros da cúpula termina em 15 de dezembro, mas as chapas devem ser registradas com 15 dias de antecedência.

Os vereadores 2

Os vereadores Pedro Paulo (PT), Ailton Araújo (PSC), Sabino Picolo (DEM) e Tito Zeglin (PDT) despontam como os principais candidatos. Trabalham “por fora”, no entanto, outros vereadores dispostos a ocupar cargos na mesa ou, pelo menos, a obter facilidades para seus respectivos gabinetes e carreiras. O bloco, pluripartidário, soma até agora apenas quatro votos, mas que podem ser importantes numa eventual disputa apertada. Fazem parte dele os vereadores Pastor Valdemir, Chicarelli, Zé Maria e Chico do Uberaba.

04 NOV 2014

GAZETA DO POVO

» RELATÓRIO

Em nota, órgão diz que cumpre meta do CNJ

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) enviou nota ontem afirmando que registrou o índice de 93,71%, no âmbito do segundo grau de jurisdição, na Meta 4 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que tem por objetivo identificar e julgar, até 31 de dezembro de 2014, as ações de improbidade administrativa e as ações penais relativas aos crimes contra a administração pública distribuídas até 31 de dezembro de 2012.

No último sábado, matéria da Gazeta do Povo mostrou que o Paraná é um dos estados mais atrasados no cumprimento da meta. Dos 5.219 processos acumulados até essa data na Justiça estadual, segundo o relatório divulgado pelo CNJ, foram julgados 1.142, ou 22% do total. O TJ confirma esse índice, mas, segundo a assessoria do tribunal, o índice desta meta alcançou o patamar de 45,63% ao final do mês de setembro.

A assessoria afirmou ainda que o TJ cumpriu 107,73% em relação à Meta 1 do CNJ, que tem por objetivo o julgamento de quantidade maior de processos do que os distribuídos entre janeiro e julho.

FÓRUM

Tribunal discute estratégia para período entre 2015 e 2020

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) realiza hoje o fórum "Construindo o Judiciário que Queremos". O evento serve para que a sociedade civil participe da construção do planejamento estratégico do Poder Judiciário do estado para o período de 2015 a 2020. O evento tem o apoio da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep) e da Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH). O objetivo é reunir representantes da sociedade para fazer um diagnóstico e propor ideias para o plano estratégico da instituição. O TJ disponibilizou um questionário de satisfação em seu site, para fazer um diagnóstico da qualidade dos serviços prestados pelo Judiciário.

04 NOV 2014

GAZETA DO POVO

» OPERAÇÃO TARRAFA

Escrivão e advogado acusados de lesar pescadores são soltos

Investigados fariam parte de esquema que, segundo o MP, arrecadava dinheiro de custas referentes a indenizações ambientais

PARANAGUÁ

Oswaldo Eustáquio,
correspondente

O escrivão da 1.^a Vara Cível de Paranaguá, Ciro Antônio Taques, acusado pelo Ministério Público do Paraná de ser o mentor da quadrilha que lesou milhares de pescadores no Litoral do estado e o advogado Marcos Gustavo Anderson, que, de acordo com o órgão, usava a empresa MGA para lavagem de dinheiro do grupo, deixaram a cadeia na última sexta-feira. A liberdade foi concedida após o Tribunal de Justiça do Paraná conceder um pedido de *habeas corpus* a Taques, estendido a Anderson.

Eles estavam presos desde o dia 6 de agosto, após uma força-tarefa realizada pelo Gaeco, a pedido do MP, que ficou conhecida como Operação Tarrafa. Segundo a 1.^a Promotoria de Justiça Criminal de Paranaguá, um núcleo de fraudes teria sido montado no Fórum de Paranaguá para arrecadar dinheiro de custas processuais referentes aos processos movi-

dos por pescadores do Litoral contra a Petrobrás em decorrência de dois desastres ambientais ocorridos em 2001 na região (os vazamentos de nafta do navio Norma e de óleo do Poliduto Olapa).

Na época da operação, o MP expediu 16 mandados de prisão, entre eles, o do juiz aposentado Hélio Arabori e o do presidente da Colônia de Pesca Z1 de Paranaguá Edmir Manoel Ferreira, conhecido como Edmir da Pesca.

Delatora do esquema, a advogada Cristiane Uliana disse, em depoimento ao MP, que o dinheiro dos honorários advocatícios que caberiam a ela eram divididos pelo grupo da seguinte forma: 32% para Taques; 32% para Arival Tramontim Júnior, que está foragido; e outras duas fatias de 18% para a advogada e para o juiz aposentado Hélio Arabori, respectivamente.

A reportagem da Gazeta do Povo mostrou no fim de setembro, que mesmo preso, o advogado Marcos Gustavo Anderson atendeu pelo menos dois pescadores na prisão — algo considerado irregular pelo MP.

A reportagem da Gazeta do Povo entrou em contato com o advogado Claudio Dalledone Júnior, que representa Taques, e com o advogado Giordano Vilarinho Reinert, representante de Anderson, mas ambos optaram por não se manifestar nesse momento sobre o assunto.

04 NOV 2014

GAZETA DO POVO

» "OPERAÇÃO BARREADO"

Investigação acha papéis enterrados em cartório

Felippe Anibal

O Ministério Público do Paraná (MP-PR) encontrou indícios de que um núcleo de fraudes se instalou no 1.º cartório cível do Fórum de Antonina, no Litoral do estado, com a participação de ex-servidores da repartição. As investigações começaram depois que, em inspeções, juízes encontraram um lote de documentos judiciais enterrado no quintal do fórum e caixas com petições e partes de processos escondidas nos fundos do prédio. Inicialmente, a apuração aponta que o grupo atuaria no sentido de favorecer o andamento de alguns processos, em detrimento de outros. Mas a ação pode ter ido muito além.

"Os documentos encontrados dizem respeito a vários tipos de procedimentos. Em princípio, constatamos que alguns tramitavam de forma mais rápida, enquanto outros ficavam parados", disse a promotora Kelly Vicentini Neves Caldeiras. "Agora, vamos apurar as irregularidades e detalhar a atuação [dos investigados], se alguém foi favorecido e de que forma", completou.

Na última semana, com o apoio da Polícia Federal

(PF), a Promotoria de Justiça de Antonina deflagrou a "Operação Barreado". Foram cumpridos cinco mandados de busca e apreensão na casa de suspeitos, nos quais foi apreendida uma série de documentos. Quatro pessoas — entre elas, ex-funcionários do 1.º cartório cível do fórum — foram conduzidas à promotoria e prestaram depoimento.

Nesta semana, a Promotoria deve analisar os documentos e ouvir outras testemunhas. Para não comprometer as investigações, o MP-PR não revela quem prestará depoimento, mas confirma que já há um rumo bem definido nas apurações. "Com os depoimentos e os documentos, já temos uma linha de investigação bem consolidada", diz.

Descartados

Os juízes começaram a inspeção no Fórum de Antonina no fim de julho. Na ocasião, encontraram duas caixas com documentos nos fundos do prédio — fora do cartório cível. Parte do material teria sido queimada. Em agosto, outro volume de documentos foi encontrado quase por acaso: funcionários capinavam o terreno do Fórum, quando localizaram os papéis enterrados. A partir de então, os magistrados comunicaram o MP-PR. A Polícia Civil também entrou no caso. Os responsáveis podem responder por supressão de documento público. Até o fim de outubro, o 1.º cartório cível do Fórum de Antonina era privatizado.

04 NOV 2014

GAZETA DO POVO

Salários podem chegar a R\$ 35,9 mil

Como normalmente acontece em cada fim e início de mandato, deputados e senadores também se articulam para aumentar os próprios salários. Com o resultado do segundo turno, a ideia ganhou simpatia e deve pegar carona no reajuste do Judiciário que está em discussão na Câmara. O aumento prevê elevar em 25% o salário de ministros do STF — teto do funcionalismo público — para R\$ 35,9 mil.

O reajuste no salário dos congressistas não está definido, mas tradicionalmente costuma ser equiparado ao dos ministros do Supremo. Caso isso ocorra, o aumento será de R\$ 9,2 mil por mês e impactará os cofres públicos em R\$ 5,4 milhões por mês. Além disso, é comum que esse tipo de reajuste provoque efeito cascata nos demais segmentos do Legislativo, como deputados estaduais e vereadores de todo o país.

Reajuste

Atualmente, os 513 deputados e 81 senadores recebem R\$ 26,7 mil mensais. Além disso, eles também têm direito a apartamento funcional ou auxílio-moradia de R\$ 3,8 mil, e verba de até R\$ 44,2 mil do chamado "cotão", utilizado em gastos como gasolina, alimentação, aluguel de escritório e passagens aéreas.

A atualização dos vencimentos do Executivo e do Legislativo está prevista no regimento interno da Câmara, que autoriza a votação até o último ano de mandato. (TBV)

PROJETO DE LEI

OAB quer coletar 1 milhão de assinaturas para reforma política

A Ordem dos Advogados do Brasil quer coletar, junto com mais de 100 entidades, 1 milhão de assinaturas para que a reforma política se torne um projeto de lei de iniciativa popular. As entidades já conseguiram 500 mil assinaturas para a proposta, que prevê o fim do financiamento privado de campanha. O projeto já tramita no Congresso. A intenção é tornar o texto uma proposta de iniciativa popular para pressionar os parlamentares.

04 NOV 2014

GAZETA DO POVO

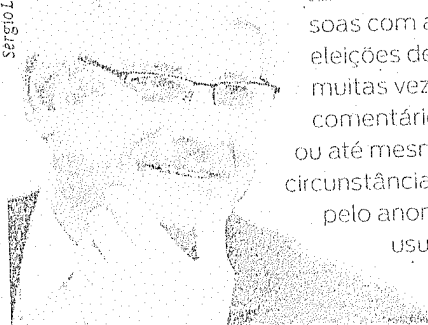
NOTA POLÍTICA

Contra a auditoria

O procurador-geral da República, **Rodrigo Janot** (foto), emitiu ontem parecer contrário ao pedido de auditoria especial solicitado pelo PSDB ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre o resultado do segundo turno das eleições presidenciais. Janot, que é também procurador-geral Eleitoral, considerou o pedido como "temerário". Ao pedir a auditoria das eleições, de acordo com o PGR, os tucanos criam risco de uma situação de instabilidade. Janot considera que o pedido "não tem lastro em um único indício de fraude". "O requerimento é, pois, temerário, pois visa a promover gravíssimo procedimento de auditoria sem qualquer elemento concreto que o justifique, baseando-se exclusivamente em especulações sem seriedade efetuadas em redes sociais", escreveu. "As

redes sociais foram transformadas em local propício para a transmissão do descontentamento de parte das pessoas com a resultado das eleições de 2014, o que muitas vezes resulta em comentários desairosos, ou até mesmo criminosos, circunstância alimentada pelo anonimato de seus usuários", avaliou.

Sergio Lima/Folhapress



04 NOV 2014

GAZETA DO POVO

PGR decidirá se denúncias de Costa em delação serão investigadas

Kelli Kadanus,
com Agência O Globo

Mesmo depois da homologação do acordo de delação premiada do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa, no Supremo Tribunal Federal (STF), não há certeza de que um inquérito será aberto contra políticos suspeitos de envolvimento no esquema de corrupção na estatal. A delação de Costa foi homologada pelo relator da Operação Lava Jato no STF, ministro Teori Zavascki, no dia 30 de setembro, mas o próximo passo depende da avaliação da Procuradoria-Geral da República (PGR). "Quem instaura o pedido de inquérito é a PGR", explica o professor de Direito Penal Alessandro Silvério.

Depois de analisar o teor dos depoimentos prestados por Costa, a PGR deve decidir entre três possíveis caminhos para o caso. Uma das opções é abrir um inquérito contra as pessoas citadas para continuar as investigações. Caso os procuradores entendam que já têm provas suficientes, podem fazer uma denúncia e o caso vai para julgamento. A última opção é o arquivamento do processo, caso

a PGR entenda que os depoimentos de Costa não foram relevantes. "Nesse caso não há mais o que fazer. O STF só pode homologar a decisão da PGR", diz Silvério. Apesar de a homologação do acordo firmado entre o Ministério Público e Costa já ter sido feita há mais de um mês, não há prazo para que a PGR emita um parecer sobre o caso.

Se a PGR decidir instaurar um inquérito, a Polícia Federal pode continuar as investigações e caberá ao Supremo decidir se o caso fica inteiro no STF, por causa dos parlamentares com foro privilegiado, ou se será desmembrado. Em caso de desmembramento, os réus comuns responderão na Justiça comum, no Paraná, e os parlamentares, no STF. Segundo Silvério, não há como prever qual será o posicionamento do Supremo nesse caso.

Acordos

Paulo Roberto Costa está cumprindo prisão domiciliar desde 1º de outubro. A mudança de regime prisional foi concedida pela Justiça Federal após um acordo de delação premiada firmado com o Ministério Público Federal (MPF) e homologado pelo STF. Um dos termos do acordo diz que Costa será monitorado por uma tornozeleira eletrônica.

O doleiro Alberto Youssef também firmou um acordo de delação premiada com o MPF e está prestando depoimentos em Curitiba. O acordo ainda não foi homologado pelo STF.

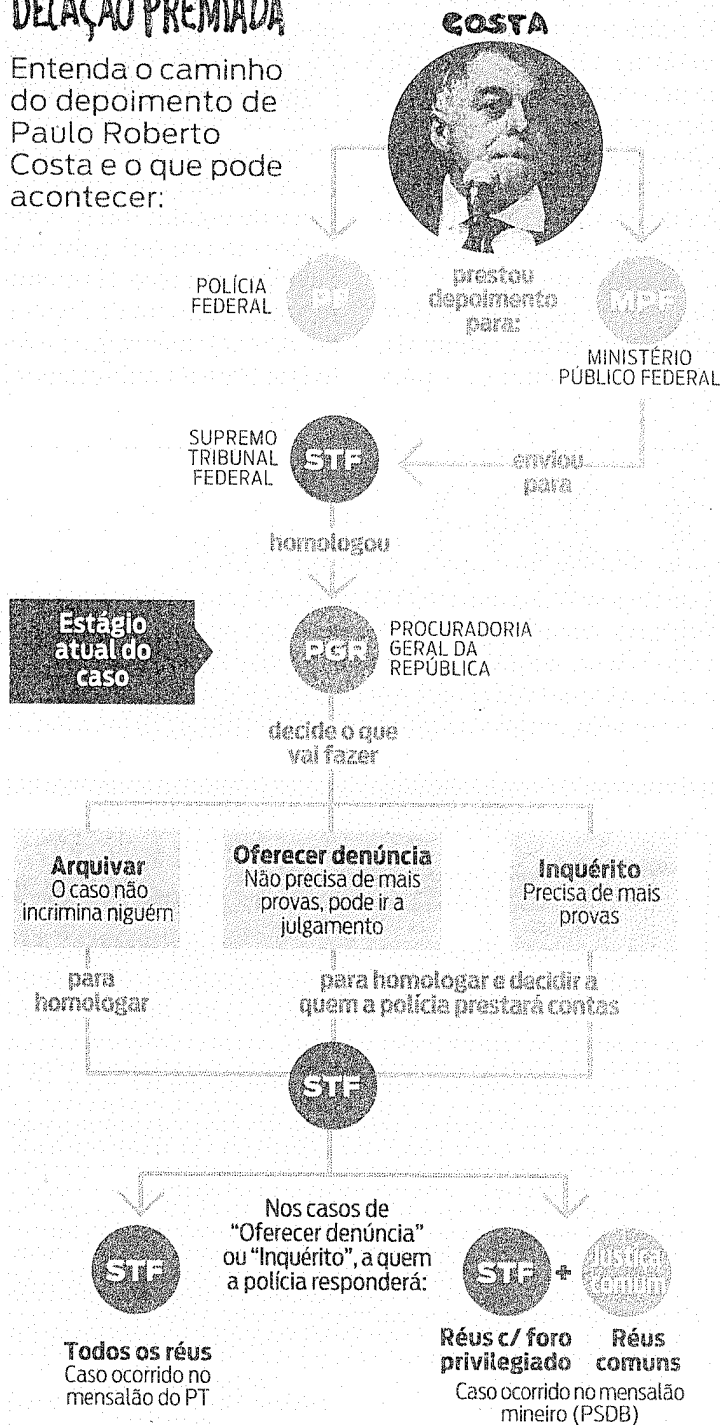
CONTINUA

04 NOV 2014 GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

DELAÇÃO PREMIADA

Entenda o caminho do depoimento de Paulo Roberto Costa e o que pode acontecer:

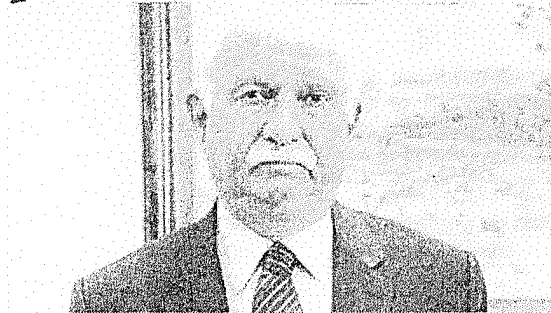


Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

04 NOV 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

Paulo Vasconcelos é eleito presidente do TJ-PR



■ Vasconcelos já havia assumido a presidência do TJ

O desembargador Paulo Roberto Vasconcelos foi eleito nesta segunda-feira (3) presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR). Ele venceu a disputa, em segundo turno, contra o desembargador Jorge Wagih Massad, por 68 votos a 45. Vasconcelos assumirá, para o biênio 2015/2016, o posto hoje ocupado por Guilherme Luiz Gomes.

O colégio eleitoral do TJ-PR é formado pe-

los 120 desembargadores. No primeiro turno, 113 deles votaram – 49 em Vasconcelos, 34 em Massad, e 30 em Luiz Carlos Gabardo. Vasconcelos já havia assumido interinamente o cargo em 2013, entre o afastamento do ex-presidente Clayton Camargo, e a eleição de Gomes – que ocorreu em outubro. À época, Vasconcelos era o 1º vice-presidente da Corte. ■

04 NOV 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

Juiz autoriza depoimentos no exterior da "Lava Jato"

O juiz federal Sérgio Moro autorizou os depoimentos em cinco países de sete testemunhas para esclarecer o esquema de lavagem de dinheiro investigado pela Operação Lava Jato, que movimentou cerca de R\$ 10 bilhões, segundo a Polícia Federal, e apontou desvios de recursos na Petrobras.

Segundo a decisão, tomada na última quin-

ta-feira (30) e que passou a integrar o processo nesta segunda (3), os depoentes são funcionários de banco e pessoas apontadas nas investigações da Lava Jato que teriam aberto empresas no exterior ou facilitado operações bancárias para o grupo do doleiro Alberto Youssef, preso por supostamente chefiar o esquema. ●

NOTA POLÍTICA

Prefeito de Antonina

O prefeito de Antonina, no litoral do Paraná, João Ubi-jajara Lopes (PSC), voltou ao cargo nesta segunda-feira (2), após quase uma semana afastado. A secretária de Comunicação do município, Cibele Fontanela, informou que a decisão judicial é de sexta-feira (31), porém, como houve recesso do Dia do Servidor Público, ele retornou às atividades apenas nesta segunda-feira.

04 NOV 2014

BEM PARANÁ

Vasconcelos é eleito presidente do TJ

O desembargador Paulo Roberto Vasconcelos foi eleito ontem presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR). Ele venceu a eleição no segundo turno, com 68 votos, contra 45 do desembargador Jorge Wagih Massad. Vasconcelos assume o cargo para o biênio 2015/2016, em substituição ao atual presidente, desembargador Guilherme Luiz Gomes. No primeiro turno, 113 dos 120 desembargadores do TJ paranaense votaram. Vasconcelos teve 49 votos, Massad 34, e o desembargador Luiz Carlos Gabardo 30.

Vasconcelos – que era vice-presidente do órgão – já assumiu interinamente o comando do Judiciário do Estado em 2013, após o afastamento do ex-presidente Clayton Camargo e antes da eleição de Gomes – em outubro. O novo presidente do TJ ingressou na magistratura há 30 anos, tendo atuado em Guarapuava, Pitanga, Palmital, Prudentópolis, Clevelândia, Rebouças, Paranaguá, Guaratuba, Tomazina e Foz de Iguaçu. Passou a atuar em segundo grau em 1996, como juiz substituto, se tornou juiz do Tribunal de Alcada em 2002, e foi nomeado desembargador em 2005. Presidiu ainda a Associação dos Magistrados do Paraná entre 2006 e 2007.

QUÓRUM

113

dos 120
desembargadores do
Tribunal de Justiça do
Paraná votaram na
eleição de ontem

Também ontem, o desembargador Renato Braga Bettga foi eleito 1ª vice-presidente e o desembargador Fernando Wolff Bodziak, para 2ª vice-presidente. Para o cargo de corregedor-geral da Justiça foi eleito o desembargador Eugênio Achille Grandinetti. Já o desembargador Robson Marques Cury foi eleito corregedor da Justiça.

Para as quatro vagas do Conselho da Magistratura foram eleitos os Desembargadores Fábio Haick Dalla Vecchia, Abraham Lincoln Merheb Calixto, Maria Aparecida Blanco de Lima e Mário Helton Jorge. Os novos dirigentes do Judiciário Estadual tomam posse oficial e solenemente no dia 2 de fevereiro.

BEMPARANÁ

OAB quer coletar 1 milhão de assinaturas

04 NOV 2014

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) vai organizar, junto com mais de 100 entidades, um esforço concentrado nos próximos meses com objetivo de coletar ao menos 1 milhão de assinaturas para que a reforma política se torne um projeto de lei de iniciativa popular. Junto com o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e outras associações, a entidade conseguiu reunir cerca de 500 mil assinaturas durante aproximadamente oito meses para o projeto que prevê, entre outras mudanças, o fim do financiamento privado de campanhas.

O projeto de lei elaborado pelas entidades já está em tramitação no Congresso. A intenção, contudo, é tornar o texto uma proposta de iniciativa popular para pressionar os parlamentares. Com o fim das eleições e o tema trazido à tona nas últimas semanas, a entidade acredita que irá conseguir conquistar o total de assinaturas necessárias para apresentar projeto de

iniciativa popular - 1,5 milhão - no mais tardar até a abertura do próximo ano legislativo.

Para isso, as associações irão marcar atos de mobilização espalhados pelo País entre 15 de novembro e 15 de dezembro. A OAB organizou nesta segunda-feira na sede do Conselho Federal, em Brasília, um encontro entre as associações para definir o "esforço concentrado".

O projeto não prevê alteração na Constituição Federal, o que permite, na visão da OAB, aprovação mais fácil no Congresso, pois não depende de maioria qualificada. "Além de se transformar em algo mais possível de ser aprovado no Congresso, também possibilita a participação popular, pois não há no Brasil projeto de iniciativa popular de emenda à Constituição", disse presidente da OAB, Marcus Vinicius Furtado Coelho. A OAB é contra a ideia de convocar uma constituinte para elaborar a reforma política e considera que não é o momento para discutir sobre o uso de plebiscito ou referendo.

Ministro encaminha pedido de auditoria

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Dias Toffoli, enviou ontem à Secretaria de Tecnologia do tribunal, setor responsável pela apuração das eleições, o pedido do PSDB de auditoria especial do resultado da eleição presidencial. Segundo o TSE, caberá ao secretário de Tecnologia, Giuseppe Gianino, prestar informações sobre a necessidade e viabilidade do pedido. Após o parecer do secretário, o pedido voltará para a presidência do tribunal para ser analisado, individualmente, por Toffoli, ou pelo plenário. Na semana passada, ao protocolar o pedido, o partido disse que tem "absoluta confiança" de que o tribunal garantiu a segurança do pleito, mas pretende tranquilizar eleitores que levantaram, por meio das redes sociais, dúvidas em relação à lisura da apuração dos votos.

04 NOV 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

STJ – PAGAMENTO DE CUSTAS ADMINISTRATIVAS SERÁ FEITO APENAS POR MEIO DA GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO SIMPLES

A partir do próximo dia 5, o recolhimento de despesas referentes à prestação de serviços administrativos no Superior Tribunal de Justiça (STJ) será feito exclusivamente por meio da Guia de Recolhimento da União – GRU Simples.

A determinação consta da Portaria GDG 396, de 23 de maio de 2014. São exemplos de serviços administrativos a extração de cartas de sentença, a emissão de certidões e alvarás e os translados.

A emissão/impressão da

GRU, nas dependências do STJ, se dará de acordo com a área de interesse do usuário da seguinte forma: Seção de Atendimento ao Cidadão, da Coordenadoria de Atendimento Judicial (localizada no térreo); Seção de Atendimento e Pesquisa, da Coordenadoria da Biblioteca (localizada no 1º andar do prédio da Administração) e Seção de Atendimento, Pesquisa e Difusão Documental, da Coordenadoria de Gestão Documental (localizada no 2º andar do prédio da Administração).

STJ – UNIÃO NÃO CONSEGUE AUMENTAR PENA CONTRA EX-PREFEITA CONDENADA POR IMPROBIDADE

A Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve decisão que reduziu a pena por improbidade administrativa aplicada a uma ex-prefeita do município de Potiretama (CE). Ela foi condenada por improbidade em razão de irregularidades na administração de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef).

O Ministério Público Federal ajuizou ação de improbidade administrativa contra a ex-prefeita por causa de

dispensa ilegal de procedimentos licitatórios, ausência de prestação de contas e falta de documentação comprobatória de receitas e despesas.

A sentença acolheu o pedido do MPF e condenou a então gestora a ressarcir integralmente ao Fundef o valor de R\$ 181.142,27, além de pagar multa civil de R\$ 20 mil, com acréscimo de correção monetária e juros de mora. O juízo também suspendeu os direitos políticos da ex-prefeita por cinco anos e proibiu-a de contratar com o poder público pelo mesmo prazo.

04 NOV 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

STF – MINISTRO CONCEDE HABEAS CORPUS COM BASE EM JURISPRUDÊNCIA SOBRE CASOS DE DESCAMINHO

A aplicação do princípio da insignificância ao delito de descaminho, nos casos em que os débitos tributários sejam menores que o valor estipulado como parâmetro para a atuação do Estado em matéria de execução fiscal, é considerada jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal (STF). Com esse entendimento, o ministro Luís Roberto Barroso deferiu o Habeas Corpus (HC) 122050 para restabelecer sentença que absolveu sumariamente um réu denunciado pela suposta prática do delito, descrito no artigo 334 do Código Penal. O pedido foi apresentado na Corte pela Defensoria Pública da União.

Ao proferir a decisão, o ministro observou que, apesar

de haver certa uniformidade no STF nas condicionantes para a caracterização da bagatela (mínima ofensividade da conduta do agente, ausência de periculosidade social da ação, grau reduzido de reprovabilidade do comportamento e inexpressividade da lesão jurídica provocada), não há um enunciado claro e consistente que sinalize para as instâncias inferiores o que o Tribunal considera suficiente para a utilização do princípio da insignificância e possibilite, por consequência, afastar aplicação da norma penal. Ressaltou que o resultado dessa falta de uniformização é a ocorrência de julgamentos com resultados diversos para fatos relativamente semelhantes.

04 NOV 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Advogado-geral diz não ver 'subordinação' no STF

BRASÍLIA

A relação de ministros do Supremo Tribunal Federal com o presidente da República que os indicou não é de subordinação, disse ontem o advogado-geral da União, ministro Luís Inácio Adams. Embora a Corte, hoje, seja composta majoritariamente por ministros indicados pelos governos do PT, seus integrantes exercem a função com "total respeito e responsabilidade", no entendimento do AGU.

"Não há ninguém na sociedade hoje que ache que eles são subordinados à Presidência", disse o ministro. Sete dos dez atuais ministros da Corte foram nomeados pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ou pela presidente Dilma Rousseff. Há a vaga de Joaquim Barbosa aberta, que, quando preenchida, vai aumentar o número de indicados pelo PT para oito.

Até o fim do segundo mandato de Dilma, apenas Gilmar Mendes deve permanecer como indicado por gestões anteriores ao PT – ele foi indicação de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, Mendes alerta para a importância de que o Supremo "não se converta em uma corte bolivariana", que "venha a cumprir e cancelar o que o governo quer".

Adams não concorda com Mendes e cita o desempate a favor dos réus do mensalão na aceitação dos embargos infringentes. Foi do decano da Corte, Celso de Mello, indicado por José Sarney, o voto de desempate. "Todos os indicados por Dilma e por Lula têm exercido com zelo sua função. Não vejo essa suposta subordinação."

Já Marco Aurélio Mello vê as declarações de Mendes como um "alerta". "Realmente implica uma concentração muito grande." Ele lembra que a nomeação "dos mais novos" resultou na absolvição de réus do mensalão do crime de quadrilha.

O ministro Luís Roberto Barroso, o último a chegar à Corte, não quis comentar as declarações de Mendes, mas falou sobre a proposta que passa a aposentadoria compulsória dos 70 para os 75 anos – a chamada PEC da Bengala. "O STF é uma instituição de Estado e não de governo. Não deve, por isso mesmo, ficar submetido a casuísmos da política", disse Barroso. / **E.B.**

OAB quer 'esforço concentrado' para pressionar projeto

A Ordem dos Advogados do Brasil vai realizar, junto com mais de 100 entidades, um "esforço concentrado" com intuito de colher ao menos 1 milhão de assinaturas para que a reforma política se torne um projeto de lei de iniciativa popular. Para isso, entre 15 de novembro e 15 de dezembro, as associações irão marcar atos de mobilização pelo País.

Ontem, a OAB organizou um encontro em Brasília entre as associações para definir a estratégia a ser adotada. Junto com o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), entre outras, a entidade já conseguiu colher cerca de 500 mil assinaturas durante aproximadamente oito meses.

O projeto de lei elaborado pelas entidades já está em tramitação no Congresso. A intenção, contudo, é tornar o texto uma proposta de iniciativa popular – que precisa de 1,5 milhão de assinaturas – para pressionar os parlamentares. / **BEATRIZ BULLA**

TUTTY

Desmentido

O PSDB não cogitou contratar os advogados do Fluminense para mudar o resultado da eleição! E não se fala mais nisso, ok?